

Este artigo tem por objectivo analisar os principais temas da política externa espanhola contemporânea, com vista a avaliar tanto a sua orientação, como as suas perspectivas para as relações bilaterais com os Estados Unidos da América. O início dos anos 90 é o momento mais apropriado para considerarmos estes temas. A Espanha situa-se no limiar de uma nova era histórica. Não há dúvida nenhuma de que alcançou grandes resultados nestas últimas duas décadas. A democracia espanhola consolidou-se definitivamente. Resolveu-se o difícil problema do relacionamento com a *NATO* e concretizou-se a integração no quadro da segurança atlântica e europeia. A Espanha conseguiu entrar para a Comunidade Europeia. As suas relações bilaterais com os Estados Unidos mudaram. O âmbito das suas relações com a América Latina foi aprofundado e ampliado, e a Espanha desenvolveu relações muito mais sólidas com os seus vizinhos do Magrebe. Resumindo, a Espanha deixou para trás o período de isolamento e de *ensimesmamento* em que tinha mergulhado há vários séculos, e começou a moldar um papel significativo para si mesma numa Europa e num sistema internacional emergentes.

Porém, à medida que a Espanha procura consolidar estes factos, os desafios não faltam. Depois dos aplausos merecidos para uma transição com êxito rumo à democracia, a Espanha deixou de estar no epicentro da atenção política europeia. Uma vez que se tornou um protagonista principal nos conselhos da Comunidade Europeia, e um dos principais beneficiários dos fundos estruturais da CE, a nova Espanha vê-se agora obrigada a adaptar-se a uma Comunidade cuja identidade está em crise, e cujos interesses se deslocaram visivelmente para norte e para leste. Esta nova orientação coloca um importante conjunto de desafios institucionais e financeiros ao governo espanhol. Madrid também alargou e melhorou as suas relações com a América Latina, nos últimos dez anos. Quais são as perspectivas para um aumento do comércio e do investimento nesta região? E com que eficácia irá a Espanha cumprir a sua vocação como ponte entre a Europa e a América Latina? O Magrebe constitui igualmente uma área crucial para a política externa e para os interesses de segurança espanhóis. Ultrapassando o seu prévio pendor pró-argelino, a política espanhola na África do Norte tornou-se, simultaneamente, mais imparcial e multifacetada. Como é que os espanhóis definem os seus interesses na região?

A estratégia do compromisso económico e político provará ter êxito nos próximos dez anos? Por fim, existe também a questão das relações da Espanha com os Estados Unidos. Melhoraram consideravelmente nos últimos anos, mas como poderão ser fortalecidas e aprofundadas? Ou será que estão condenadas a ser apenas agradáveis e eminentemente superficiais?

---

Nenhuma parte desta dissertação pode ser citada ou referida sem a prévia autorização do autor.

Tratar estes assuntos e, no decurso deste processo, avaliar com que êxito a Espanha tem estado a abordar os interesses da sua política externa é o objectivo deste artigo. Na primeira parte, far-se-á a descrição e análise dos elementos da história e cultura política espanholas que mais directamente dizem respeito à política externa contemporânea. Na segunda parte, far-se-á a definição das principais linhas da política externa espanhola e a análise dos principais desafios com que se defronta Madrid em cada uma destas áreas. Na conclusão ter-se-á em linha de conta o eventual impacto que mudanças recentes no cenário da política interna possam ter na política externa espanhola na década de 90 e analisam-se as perspectivas para a Espanha na Europa, assim como das possibilidades para uma mais intensa relação bilateral com os Estados Unidos.

## **I**

«(U)ma pequena potência, situada em posição periférica relativamente a uns povos protagonistas... e tão radicalmente introvertida, que neutraliza com uma passividade internacional quase absoluta a esgotante actividade das suas lutas e tensões internas».

Assim caracterizou a Espanha o eminente historiador José Maria Jover, no período entre 1815 e 1936. Esta descrição pode já não ter actualidade, mas alude seguramente ao legado cuja mancha a Espanha continua árdua e conscienciosamente a pôr de lado, enquanto se defronta com o complexo desafio da modernização e acentua a sua presença internacional.

### **A relevância contemporânea do declínio e o ensimesmamento**

O declínio da Espanha tem de ser entendido no contexto de um passado com a sua posição dominante no palco europeu. As sementes do declínio podem remontar ao próprio processo da expansão imperial que a Espanha empreendeu no século XVI. A colonização da América Espanhola foi uma prodigiosa aventura, que alcançou glória para os *conquistadores* e vastas possessões para a Coroa, mas que contribuiu decisivamente para enfraquecer a Espanha. Para poderem financiar as suas ambições imperiais (tanto na América Espanhola como na Europa), os Habsburgos levaram o Estado espanhol literalmente à falência. Porém, a extracção do ouro e da prata nas colónias provocou uma explosão nas importações, e deu origem a uma espiral de preços e de inflação durante o século XVI, acontecimentos esses que prejudicaram a então incipiente indústria doméstica, e retardaram o desenvolvimento económico. Um rude golpe psicológico fez-se sentir com a derrota da Armada (1588). Embora se tivessem perdido muitos mais navios nas tempestades junto da costa irlandesa do que aqueles que foram efectivamente afundados pelos

ingleses, a derrota selou o destino das tentativas espanholas para alcançar a hegemonia na Europa do Norte, e precipitou o país num processo de declínio irreversível. A derrota deu também origem a um período de profunda introspecção e de dúvidas. Com o declínio deste poder e influência durante os séculos XVIII e XIX, a Espanha voltou-se cada vez mais para alianças com a França, num esforço para contrabalançar o poder da sua outra grande rival, a Inglaterra.

A Revolução Francesa e a subsequente invasão napoleónica agravaram o *ensimesmamento*. Estes dois acontecimentos deram origem a um século de crise continuada (embora não totalmente única) caracterizada pela interacção de uma instabilidade política crónica e de um desenvolvimento económico irregular. Por ironia, as regiões mais desenvolvidas, o País Basco e a Catalunha, tornaram-se ao mesmo tempo centros de contestação e de separatismo. A existência de profundas e múltiplas divisões no âmbito da sociedade espanhola contribuíram para tornar muito difícil a consolidação de uma monarquia parlamentar. Na terceira década do século XX, a crise espanhola da modernização viria a explodir numa guerra civil em larga escala.

Como consequência da Revolução Francesa, a Espanha tornara-se um protagonista ainda mais marginal na cena europeia, e a sua política externa assumiu características ainda mais reactivas e defensivas do que antes. A restauração dos Bourbons no trono depois da retirada napoleónica não representou a recuperação da influência espanhola. Longe disso: com efeito, por volta do período napoleónico não só tinha a Espanha perdido a sua aliada europeia mais importante (a França), como também viria em breve a perder a maior parte do seu império latino-americano. Por esta altura, a Espanha tornara-se um protagonista de tal modo marginal que não pôde participar num pé de igualdade com os vencedores no Congresso de Viena. A humilhação final da sua política externa — por esta altura nas mãos dos Estados Unidos — chegou tardiamente no século (1898), quando a Espanha perdeu Cuba, as Filipinas e Porto Rico. Contudo, esta perda provocou um outro período de profunda autocrítica entre os intelectuais espanhóis, muitos dos quais acreditavam que, enquanto a derrota representava uma confirmação do «atraso» do seu país, iria também contribuir para accionar a sua «regeneração». Das cinzas do Império emergiu a variante espanhola da neutralidade: um sentimento de marginalidade e uma crença em que a Espanha perdia terreno de cada vez que se envolvia em lutas alheias. Duas guerras mundiais deram oportunidade para reafirmar este sentimento.

Na primeira metade do século XX, a Espanha viu-se ainda consumida por conflitos internos, que contribuíram para criar a dificuldade de articulação tanto de uma coerente política externa, como da superação da sua posição marginal no Continente. Embora uma análise da diversidade de razões para explicar a fraqueza da Espanha esteja fora do âmbito deste artigo, é importante notar que nem a Segunda República

(1931-1936), nem o regime de Franco (1939-1975), resolveram de modo satisfatório estas questões. Tornada vítima pela polarização interna e internacional dos anos 30, assim como pelos seus próprios erros, a Segunda República (1931-1936) terminou antes de conseguir restaurar o prestígio espanhol na Europa. O regime muito mais duradouro que lhe sucedeu, o franquismo (1939-1975), também fracassou neste aspecto. O regime de Franco foi e permaneceu sempre um renegado, tanto na comunidade europeia como na atlântica, facto esse que reflectiu e provocou simultaneamente este fracasso. Mesmo na altura em que o regime superou o pior período do seu isolamento nos anos 40, ao que se seguiu um programa relativamente próspero de modernização económica no final dos anos 50 e 60, a realidade é que não conseguiu superar a sua mácula «original» provocada pela sua colaboração e dependência iniciais dos poderes do Eixo. Não se tratava apenas do facto dos europeus do outro lado dos Pirenéus terem memórias extensas. A ausência de democracia em Espanha tornava virtualmente impossível ao regime disfarçar o seu desdém pelo modelo democrático parlamentar, que se tinha tornado norma na Europa ocidental.

Havia porém algo mais em relação à incapacidade da política externa do regime de Franco, do que propriamente um mero «colapso» internacional no período que se seguiu à II Guerra Mundial. Os Nacionalistas podem muito bem ter ganho a Guerra Civil e consolidado o seu controlo sobre a sociedade espanhola nos anos 40, mas o regime nunca adquiriu uma legitimidade interna suficientemente enraizada tanto para assegurar que o Estado poderia orientar uma política externa «normal», como para superar (se as elites então dominantes assim o tivessem querido) a prolongada tradição do isolamento espanhol em relação à tendência dominante europeia. Devido à falta de legitimidade interna do regime, a sua política externa era mutilada e defeituosa. Tinha muito menos significado externo do que interno, e tinha menos a ver com relações interestatais do que com a sobrevivência interna do regime. Nestas circunstâncias, não é surpreendente que tanto o regime como os seus opositores tivessem vindo a encarar a política externa como um palco onde se representavam os conflitos internos. Esta tendência não desapareceu com o fim do regime franquista. Foi a marca da política externa até ao fim dos anos 80.

### **A «domesticação» da política externa**

Uma breve análise das atitudes espanholas para com a Europa e os Estados Unidos, assim como as suas relações com ambos, ajuda a esclarecer esta «domesticação» dos assuntos de política externa. Iremos primeiro considerar como a União Europeia se tornou um ponto de referência interno tão importante para a Espanha. Aqui, estranhamente, o culpado foi o próprio regime de Franco. Enredado numa crise económica,

o regime abandonou as suas políticas autárquicas no fim dos anos 50 e, na esperança de usar um comércio incrementado com a Comunidade Europeia (e com os Estados Unidos) como veículo para o crescimento económico, liberalizou as leis comerciais e bancárias, incentivou a migração do trabalho e o turismo, e abriu ainda de outras formas a economia espanhola a influências externas.

Enquanto os resultados desta operação provavam ser bastante positivos em termos económicos, os efeitos políticos laterais eram bastante corrosivos. A exposição à Europa através da emigração, das viagens e do turismo ajudaram a dispersar o mito de que a democracia gerava o caos tão assiduamente propagandeado por Franco depois da Guerra Civil. Além disso, por mais que tentasse, o regime de Franco não conseguiu negociar a entrada da Espanha para a Comunidade Europeia, um fracasso que só contribuiu para reforçar o seu isolamento político. Mais importante ainda, a decisão de perseguir a *apertura* europeia era uma clara admissão de que o regime carecia de visão em relação ao futuro. Ao reconhecerem isto, os muitos e diversos grupos e personalidades da oposição democrática sentiram-se encorajados. Para eles, a Europa representou mais do que uma bandeira: tornou-se num artigo de fé, num símbolo metapolítico para o futuro da Espanha. A União Europeia seria um *deus ex machina* imparável, que iria quebrar o poder detido durante séculos pelos tradicionalistas, sob a bandeira do nacionalismo e do isolamento, e que eram conhecidos pela Espanha *negra*. A Europa iria modernizar a Espanha e trazer a democracia. Se apenas as elites dissidentes defendiam tais perspectivas no final dos anos 50 e princípios dos anos 60, nos vinte anos que se seguiram estas ideias adquiriram um estatuto de normalidade (com efeito, mesmo até de consenso) na sociedade. É aqui justamente que reside a chave para a compreensão do sucesso de Filipe González e do PSOE nas quatro últimas eleições nacionais: apresentaram ao eleitorado um programa no cerne do qual está uma combinação de vocação europeia e de promessa de modernização através da associação com a Comunidade Europeia. As relações espanholas com os Estados Unidos têm revelado uma tendência semelhante de «domesticação», e têm seguramente constituído um palco onde, até muito recentemente, se representaram conflitos internos. Enquanto as ligações em expansão com a Europa tinham as mais positivas conotações internas, as negativas prevaleciam grandemente em termos de relações com os Estados Unidos. Um antiamericanismo latente tinha sido uma constante no meio do público espanhol e da elite. A Guerra Hispano-Americana (1898) deixou uma memória muito dolorosa entre os espanhóis, muito mais relevante para a análise da política externa contemporânea do que a sua distância histórica pode querer sugerir. Devido à vitória franquista na Guerra Civil, a Espanha e os Estados Unidos não coligaram as suas forças na Segunda Guerra Mundial, nem tão-pouco no período de reconstrução do pós-guerra.

Além disso, no final dos anos 40 e no princípio dos anos 50, na altura em que o regime se viu obrigado a cortejar os Estados Unidos para garantir a sua sobrevivência, os dois países não se aproximaram. Na realidade, esta situação enfureceu vários grupos no seio da coligação franquista reinante, que se tornaram impenitentemente hostis ao liberalismo e ao internacionalismo, defendidos pelos Estados Unidos no período do pós-guerra. Assim, de um modo significativo, nem o Almirante Luis Carrero Blanco (a eminência parda do regime que foi o primeiro secretário privado de Franco e acabou por ser chefe do governo), nem tão-pouco o Ministro dos Negócios Estrangeiros Fernando Castiella (1957-1969), manifestavam grande afecto pelos Estados Unidos.

Muitos grupos e personalidades opostos ao regime de Franco, que partilhavam este sentimento de modo latente, exprimiam ocasionalmente esse antiamericanismo. O antiamericanismo era mais evidenciado pela esquerda, seguramente entre os comunistas, mas também entre os representantes de outros partidos e, designadamente, entre a geração mais nova de activistas que tomaram o controlo do PSOE, no início dos anos 60. Estes últimos responsabilizavam os Estados Unidos por ajudarem à sobrevivência do regime franquista depois da Segunda Guerra Mundial, e criticavam severamente os acordos bilaterais entre os Estados Unidos e a Espanha (assinados em 1953 e subsequentemente revistos), não apenas pelo apoio que davam ao regime, como também pelos termos desiguais que impunham à Espanha.

Esta mensagem crítica dos Estados Unidos teve ressonância na população em geral, que manifestara pouco entusiasmo por laços estreitos com os Estados Unidos, ou pela entrada da Espanha para a Aliança Atlântica. Resultados de sondagens efectuadas entre 1970 e 1980 evidenciam claramente que, enquanto se fazia sentir um amplo apoio popular à entrada da Espanha para a Comunidade Europeia – com uma amostragem aleatória de partidos e de grupos etários –, predominavam a incerteza, a ambivalência e a oposição às ligações com os Estados Unidos e a NATO.

A questão das relações com os Estados Unidos (e, de um modo mais amplo, com a NATO) tornou-se uma questão política marcadamente partidária no fim dos anos 70 e princípio dos anos 80. Com efeito, pouco depois da eleição de Outubro de 1982, que levou os socialistas ao poder, ouviu-se Alfonso Guerra dizer que a oposição socialista à NATO (o PSOE fez campanha com base na retirada da Espanha da NATO) valia dois milhões de votos. No espírito desta tendência, deverá sublinhar-se que a decisão inicial socialista para forçar a retirada da NATO tinha muito pouco a ver com política externa. Obedecia a imperativos políticos internos, e reflectia sobretudo toda a raiva e frustração com o governo UCD de Leopoldo Calvo Sotelo, que rompeu um consenso em política externa, quando decidiu apresentar o pedido de entrada para a NATO. Ainda mais sintomático das conotações internas sobre o debate da NATO foi, contudo,

a posição adoptada pelos principais partidos na campanha que conduziu ao referendo de Março de 1986. Depois de um considerável debate interno e um certo embaraço político, o governo socialista anunciou que apoiava a integração da Espanha como membro na organização, embora com determinadas restrições. Se era possível descrever os socialistas como tendo colocado o Estado acima do partido ou dos interesses ideológicos nesta altura, não se podia dizer o mesmo sobre o principal partido da oposição conservadora, a Aliança Popular. Os conservadores, apesar de apoiarem a adesão à NATO, encararam este referendo como uma oportunidade para derrubarem o governo socialista e, conseqüentemente, exortarem os seus apoiantes à abstenção. Esta cisão demonstrava como as lutas internas ainda perturbavam a política externa, quase dez anos depois de terminado o regime de Franco.

## **II**

A entrada para a Comunidade Europeia (em Janeiro de 1986) e a aprovação da integração na NATO (Março de 1986) encerrou formalmente, um longo período de *ensimesmamento* espanhol, e abriu o caminho para a criação de um consenso nacional sobre política externa. Os sete anos que se seguiram foram marcados por esforços consistentes de participação activa no processo de integração europeia, de ligação com a América Latina e com o Magrebe, e de intensificação das relações com os Estados Unidos. Vamos agora analisar a orientação da política espanhola nessas áreas.

### **O desafio da europeização**

A Europa tem sido o foco central da política externa espanhola na era democrática – e Felipe González, mais do que qualquer outro político espanhol, fez da convicção europeia o princípio orientador da sua carreira política. A Europa representa a pedra-de-toque tanto para a sua política interna como para a sua política externa. Depois de cerca de dez anos no poder, intensificou-se a profundidade da sua convicção europeia. O seu discurso ao receber o Prémio Charlemagne, em Maio de 1993, foi quase literalmente um *auto-de-fé* europeu. Não há praticamente dúvida nenhuma de que foi a agenda incompleta europeia que forneceu a González o ímpeto psicológico para empreender e ganhar a sua última campanha eleitoral. Nunca foi tão directo sobre o seu propósito político como numa entrevista publicada no jornal madrilenho *El País*, apenas dois dias antes dos espanhóis irem às urnas para votar em Junho de 1993: «Do que estou absolutamente convencido (é) de que o projecto de *modernização*, o projecto de progresso, este projecto de integração europeia, não pode, não se deve frustrar; não se deve parar. Como poderia eu expressar isto da maneira mais gráfica possível? Ainda é cedo

para que entre uma ala conservadora, do tipo do modelo britânico, que nos separe e nos distancie do que é o grande impulso da construção europeia que, para nós, representa a modernização do nosso país, fazer do nosso país um país europeu de primeira categoria. E isto que me dá força, sem dúvida nenhuma, ao fim de dez anos e meio».

Nos anos do governo González, a Espanha fez muito mais do que apenas entrar para a Comunidade Europeia. A Espanha tornou-se um protagonista relevante nos conselhos da Comunidade. Embora grande parte do crédito que se atribui a isto seja devido a González (um dos chefes de governo que tem servido mais tempo e um dos políticos mais eficientes no palco europeu da actualidade), o facto é que o empreendimento europeu tem sido muito mais do que apenas uma realização individual. Outros têm contribuído de modo significativo para a elaboração e execução da política espanhola da CE. Entre as figuras mais notáveis contam-se os Ministros dos Negócios Estrangeiros, Fernando Morán e Francisco Fernández Ordoñez, os Comissários da CE Manuel Marín e Abel Matutes, e o Secretário de Estado para os Assuntos da CE, Carlos Westendorp. Estes (e outras figuras menos conhecidas a nível de directores-gerais, tanto em Madrid, como em Bruxelas) têm alargado significativamente a presença e a influência política da Espanha dentro da Comunidade.

A política espanhola na Comunidade tem tentado equilibrar as suas aspirações à qualidade de membro do círculo interno, e de dirigente do bloco «meridional» (ou menos desenvolvidos). Restam poucas dúvidas de que a Espanha se tenha aproximado do centro de influência política dentro da Comunidade. Apesar de ainda não possuir a influência económica da Grã-Bretanha ou da Itália, a sua influência política está quase ao mesmo nível daqueles países. As suas relações com a França e com a Alemanha são bastante boas. Enquanto a Espanha tem encarado a viragem da Alemanha para o leste com apreensão (e compensou isto aproximando-se um pouco mais da França), tenta manter um relacionamento equilibrado com ambos os países.

Durante os últimos anos, a Espanha tornou-se também um porta-voz do bloco «meridional» no âmbito da Comunidade. Outros sabem que a Espanha está disposta *a dar a cara* para os países menos desenvolvidos durante as batalhas orçamentais da Comunidade Europeia. O estabelecimento de um fundo de coesão da CE (e a anexação de um protocolo especial sobre este assunto no Tratado de Maastricht em Dezembro de 1991) foi, basicamente, uma concessão feita à Espanha com o objectivo de ganhar o seu apoio ao Tratado. Mais recentemente, na Cimeira de Edimburgo, a Espanha conduziu com êxito a luta para que a Comunidade atribuísse, no período de sete anos seguintes, mais do que quinze mil milhões de ECUs (em suplemento a dezassete mil milhões de dólares) para o fundo de coesão para projectos de transportes e de meio ambiente<sup>1</sup>. Resumindo, entre os fundos de coesão e os fundos estruturais, os países europeus mais pobres receberão pelo



menos oitenta e cinco mil milhões de ECUs em forma de transferências até 1999. O resultado não se pode considerar mau. Resultado esse do qual a própria Espanha recebe imensos benefícios: é o maior beneficiário de fundos de desenvolvimento da Comunidade. Só em 1993, a Espanha recebeu quase 25% mais de transferências do que depositou nos cofres da Comunidade.

Qualquer pessoa que tenha visitado a Espanha nestes últimos sete anos não pode deixar de reparar no surto de construções e na melhoria das estradas e auto-estradas — muito do qual foi financiado pela Comunidade Europeia. A luta na Europa sobre a ratificação do Tratado de Maastricht causou surpresa, frustração e inclusivamente raiva em Madrid. Tendo investido tão fortemente na ideia europeia e na sua promessa de modernização, os decisores políticos espanhóis aguardaram com ansiedade os resultados dos referendos na Dinamarca e em França e o voto da Câmara dos Comuns britânica. Dos principais países europeus, a Espanha era o que menos se podia permitir a derrota do Tratado — e não tanto em termos económicos, como sobretudo, em termos psicológicos.

### **O alargamento e convergência da CE: desafios críticos**

Dos assuntos constantes da agenda europeia, nenhum assumiu dimensões comparáveis aos dos custos associados com o alargamento da CE e do cumprimento dos critérios de convergência. O alargamento tem figurado na agenda desde as Revoluções de 1989, e o fim da Guerra Fria abriu quase literalmente as portas para a expansão da CE. Do leste, os antigos países do Pacto de Varsóvia (e especialmente os quatro de Visegrad) solicitaram a adesão; do norte, os países tradicionalmente neutrais pediram também a sua integração como membros. O governo espanhol tem tido uma reacção múltipla em relação à corrida das candidaturas. Apesar de confirmar a força e a atracção da ideia europeia, a expansão não só diluirá a influência recentemente adquirida pela Espanha na CE, como reorientará os interesses comunitários para norte e para leste.

O alargamento tem colocado importantes dilemas políticos e económicos para a Espanha. As questões políticas têm, predominado com respeito à incorporação da Finlândia, Áustria, Noruega e Suécia (FANS) na Comunidade Europeia, entre outras razões devido ao facto de as negociações para a sua adesão coincidirem com a controvérsia sobre a ratificação do Tratado de Maastricht. As reservas por parte da Espanha fizeram que Madrid ganhasse a injusta alcunha de «perturbador do alargamento», mas a pouca vontade evidenciada por parte do governo espanhol em concordar com o alargamento numa altura em que o Tratado (e os fundos de coesão) ainda pairava no ar é compreensível.

Uma vez melhoradas as perspectivas de ratificação, Madrid assinalou o seu apoio à incorporação dos FANS<sup>2</sup>.

A preocupação espanhola acerca do alargamento a leste centrou-se nas suas consequências estratégicas e institucionais. A querela sobre o acesso às pescas norueguesas — a questão que ameaçou torpedear as negociações em Março de 1994 — sobrepôs-se ao facto dos FANS irem contribuir com três mil milhões de ECUs por ano para o orçamento comunitário. Essa soma garantirá a solvência dos programas de desenvolvimento da Comunidade no curto prazo. Todavia, Madrid teme as implicações de longo prazo desta expansão porque a incorporação dos países cujas economias estão mais ligadas à economia alemã poderá desequilibrar a Comunidade, logo na altura em que os países da Europa central e oriental estão a apresentar os seus pedidos de adesão e, paralelamente, a candidatar-se a uma parte significativa dos fundos estruturais e para o desenvolvimento da Comunidade Europeia. Consoante os termos da sua adesão, a Espanha e os outros países da Europa do sul podem vir a perder uma parte considerável da ajuda que recebem da Comunidade, ao mesmo tempo que ficam confrontados com uma crescente competição na agricultura e noutros sectores.

As Revoluções de 1989 apanharam a Espanha com a sua agenda de modernização ainda por terminar — em 1991, o seu PIB era ainda apenas de 79% da média da CE. Para a Espanha, os países da Europa central e oriental são concorrentes directos para a escassez cada vez maior dos fundos. Nos finais dos anos 92, o investimento estrangeiro na região (a maioria de membros da CE e da EFTA) ascendeu a mais de 6,5 mil milhões de dólares. De igual modo, entre Janeiro de 1990 e Junho de 1992, a Comunidade e os seus Estados-membros gastaram para cima de oito mil milhões de dólares em subsídios aos países da Europa central e oriental<sup>3</sup>. A Espanha não é seguramente o único membro da CE preocupado tanto com estes fluxos financeiros, como com o aumento das exportações da Europa de leste para a Comunidade. As actuais restrições da CE à importação de produtos «sensíveis» comprovam este facto. Madrid não se irá opor ao alargamento para leste. Embora os decisores políticos espanhóis reconheça a importância da estabilidade na região, e compreendem seguramente a frustração e a raiva que os líderes da Europa de leste sentem em relação ao importante défice comercial que os seus países têm para com a Comunidade, Madrid insiste em que, antes de qualquer alargamento a leste, a CE garanta os fundos estruturais e de coesão ao sul. González manifestou a sua determinação acerca destas questões na Cimeira de Edimburgo. No decurso desta década, à medida que os eleitorados internos organizam e pressionam as suas posições com maior intensidade em Espanha, espera-se que Madrid endureça progressivamente as suas posições sobre a ajuda da CE para o desenvolvimento no leste europeu.

Enquanto os decisores políticos em Madrid não regateiam nem a importância da estabilidade na Europa central e oriental, nem a

necessidade de ter em conta os interesses alemães nesta região, receiam que o alargamento enfraqueça o compromisso e diminua o interesse da Comunidade em relação aos problemas da bacia mediterrânica. Do ponto de vista da Espanha, está muito mais em jogo do que simplesmente prolongar disputas territoriais sobre Gibraltar, Ceuta e Melilla. Os espanhóis vêem a África do Norte como um ponto altamente inflamável, e estão profundamente preocupados com a instabilidade política e as pressões demográficas da região. Felipe González tem tentado com grande esforço sensibilizar os outros membros da CE para estas questões. Numa recente reunião da CE ele chegou mesmo a dar aos seus parceiros europeus uma imagem de Gibraltar e dos Estreitos como: «Isto é o nosso Rio Grande». Em simultâneo com o alargamento, existe uma segunda importante questão na agenda da Europa para a Espanha que diz respeito aos custos sociais e económicos resultantes dos critérios de convergência da CE. Já se referiu o amplo apoio histórico que a unificação europeia encontrou na Espanha. Também já se sublinhou o empenhamento do governo González para aprofundar a integração espanhola na Comunidade. Mais recentemente, tal como já aconteceu noutros países, este apoio começou a fraquejar. Uma sondagem, feita nos finais de 1992, revelou que apenas 39% dos inquiridos apoiava, enquanto 20% se opunha ao Tratado de Maastricht. Uma outra sondagem, cujo resultado foi publicado em Maio de 1993, revelava que, enquanto 46% dos inquiridos tinham conhecimento das cláusulas do Tratado, uma grande maioria considerava que Maastricht tinha um efeito negativo na agricultura, banca e pescas espanholas.

As razões para este declínio no apoio público não são difíceis de determinar. Embora o público espanhol tenha sempre manifestado um forte apoio à unificação europeia, nunca demonstrou um grande conhecimento sobre Maastricht e as suas cláusulas. Na maioria das sondagens, a proporção de espanhóis que apoiam o Tratado é a mesma daqueles que se recusam a expressar uma opinião<sup>4</sup>. Porém, subjacente a esta reserva havia uma grande falta de informação. Como é bem sabido, a economia espanhola, tal como noutros países, encontra-se no meio de uma grave recessão. O desemprego excede de longe os 20%; o crescimento económico era de 1,2% em 1992, e foi negativo em 1993; o défice do sector público representa 7,2% do PIB; a peseta perdeu 40% do seu valor no último ano. O espanhol comum não precisa de ter um grande conhecimento de economia para compreender as dimensões desta crise. Mas tem dificuldade em identificar – especialmente durante a euforia dos anos de rápido crescimento – as razões estruturais subjacentes a estes problemas. As principais são a rigidez do mercado de trabalho (associada com a longa história de protecção e com as políticas de segurança do trabalho do regime franquista) e os gastos do governo que, desde os meados dos anos 70, têm crescido mais rapidamente do que em qualquer outro país da OCDE.

Até à data, o governo González tem tido um comportamento esquizofrénico ao lidar com estes desafios estruturais, e isto coloca dúvidas sobre a sua capacidade para fazer face aos critérios de convergência. Por outro lado, desde 1982, os sucessivos ministros das Finanças (Miguel Boyer, Carlos Solchaga e Pedro Solbes) têm procurado introduzir reformas orçamentais e no mercado de trabalho. Eles têm visto no desenvolvimento do processo de unificação europeia e na aceitação dos critérios de convergência os mecanismos para forçar uma sociedade espanhola (e o partido socialista) recalcitrante a aceitar estas mudanças. Teoricamente, González tem alinhado com os seus pontos de vista. Nos últimos dez anos, tem resistido às fortes pressões vindas do próprio PSOE para demitir estes responsáveis, ou para reduzir a sua influência. Numa série de ocasiões, ele próprio e outros membros do seu governo têm reafirmado a promessa de que a Espanha cumprirá os critérios de convergência<sup>5</sup>. Além disso, na Cimeira de Edimburgo, González aceitou as condições substantivas ligadas ao programa, assim como os termos para rever a sua realização, em troca de concessões da Comunidade sobre os fundos estruturais e de coesão.

Ao mesmo tempo, porém, González ganhou a reputação bem merecida de jogar com um pau de dois bicos. Não obstante as suas lutas com a facção guerrista, não é provável que González e o PSOE aceitem a lógica da «pura» racionalização económica, como exigem os elementos mais tecnocratas do seu governo, bem como a elite modernizadora empresarial.

Esta questão envolve mais do que aspectos temperamentais. González é um estadista europeu mas também é, e, por enquanto, sobretudo, um político espanhol, que sabe como interpretar os resultados de uma eleição. Durante vinte anos, o simples uso da palavra «Europa» era suficiente para provocar entusiasmo e silenciar o debate em Espanha: toda a gente era a favor da modernização e da integração europeia. Porém, e de um modo crescente, diversos sectores da sociedade espanhola começaram a evidenciar o seu manifesto desacordo, talvez não em relação ao princípio geral de uma União Europeia, mas em relação aos custos deste processo e, mais especificamente, aos custos associados com o cumprimento dos critérios de convergência. Os apoiantes mais firmes do desenvolvimento da integração são os executivos de grandes empresas e da comunidade financeira, mas estão longe de constituir o eleitorado do PSOE e de González. Os sindicalistas e os reformados têm constituído o cerne do eleitorado socialista, e são justamente eles os que querem obter garantias.

Por esta altura, a flor da rosa europeia já murchou em Espanha, e esta tendência só se irá agravar na próxima década. Os críticos do governo económico e das políticas sociais sentir-se-ão cada vez menos inibidos para criticar a unificação europeia. Esta mudança na natureza do debate tem-se manifestado de um modo particularmente evidente nos sindicatos. Entre 1982 e 1990, negociaram a sua oposição aos cortes orçamentais e à

reconversão industrial essencialmente em termos de política interna. Nos últimos cinco anos, contudo, os dirigentes sindicais começaram a desafiar abertamente as políticas governamentais. Em Junho de 1993, Marcelino Camacho, presidente das Comisiones Obreras, desafiou a ortodoxia pró-Maastricht que prevalece a nível oficial, declarando: «Ao defenderem os seus interesses nacionais e forçando uma modificação do Tratado de Maastricht antes de o ratificarem, os dinamarqueses conseguiram fazer aquilo que os espanhóis deviam ter feito»<sup>6</sup>. Apesar de Camacho ter uma reputação de exagerar, nesta ocasião estava apenas a dizer o que outros sindicalistas e cidadãos espanhóis comuns têm estado a pensar.

As últimas eleições reduziram ainda mais as margens de manobra de González. Embora as eleições tenham demonstrado, mais uma vez, a estrutura de González (a mudança decisiva da opinião popular deu-se precisamente na altura em que as pessoas perceberam que o dirigente conservador, José Maria Aznar, podia efectivamente vir a ganhar), o facto é que os resultados o tornaram seguramente mais vulnerável a pressões com respeito às políticas económicas e sociais. Enquanto o *PSOE* teve uma maioria absoluta no Parlamento (Cortes), eram os diversos grupos dentro do seu partido que González tinha de equilibrar. Agora, defronta-se com uma tarefa ainda mais difícil, um governo minoritário que precisa de contar com o apoio basco e catalão. O seu preço é elevado, e implica medidas de redução do défice e o desvio de recursos adicionais para as comunidades autónomas. Quer este acordo venha a sobreviver ou não, o facto é que González terá muito com que se ocupar com os seus diversos parceiros com relação a estas questões. Um elemento final nesta equação de convergência diz respeito às relações bilaterais da Espanha com os seus parceiros da Comunidade. Neste contexto, começou a verificar-se uma mudança. Durante cerca de dez anos, desde a instauração da democracia, a Alemanha era o aliado privilegiado da Espanha na Europa. Não só era o defensor mais leal da entrada da Espanha para a *CE* (na altura em que a França punha obstáculos no caminho da adesão espanhola), como também González e o seu partido tinham criado laços particularmente estreitos com o SPD e os seus dirigentes, como Willy Brandt e Helmut Schmidt. A Fundação Friedrich Ebert desempenhou um papel importante em facultar assistência organizacional e financeira tanto ao *PSOE*, como à sua filiada sindical, a UGT. Nos últimos quatro anos, as relações com a Alemanha sofreram mais uma alteração do que propriamente uma deterioração. A deslocação dos interesses da Alemanha para o leste continuará a pesar nas relações entre Madrid e Bona.

Por outro lado, as relações entre Espanha e França melhoraram significativamente nos últimos dez anos. Extensivas consultas, a nível ministerial, cooperação continuada na luta contra o terrorismo basco, e causas comuns numa série de questões europeias, contribuíram para cimentar a aliança franco-espanhola<sup>7</sup>. Na próxima década, esta aliança francesa (embora não isenta de fricções) poderá servir de eixo através

do qual os parceiros «meridionais» da CE poderão fazer sentir o seu peso nos debates sobre os fundos estruturais e sobre o cumprimento dos critérios de convergência.

### **América Latina: para além da retórica, em direcção a um novo relacionamento**

Logo a seguir à Europa, o segundo principal imperativo da política externa espanhola contemporânea é o desenvolvimento das relações com a América Latina. Esta região tem sido um centro de interesses durante séculos. Quer sob a forma de *hispanidade*, como os tradicionalistas lhe chamam, ou sob a forma de *hispanismo*, como referem os progressistas, a ideia partilhada tem sido a de recriar uma comunidade em torno de uma cultura e língua comuns. A vocação espanhola tem sido a de servir como ponte entre a Europa e o Novo Mundo. Esta é uma grande ambição, embora a sua concretização seja muito mais limitada. Os espanhóis só reconheceram nos anos 80 que, apesar dos laços históricos e linguísticos, eles próprios e os sulamericanos eram parceiros distantes.

Para lá da retórica cultural, a essência da política externa espanhola tem sido o seu encontro com a Europa. Já se fez aqui referência à importância das dimensões psicológicas deste compromisso europeu. Houve uma intensificação paralela das relações comerciais. A parte da CE nas exportações espanholas aumentou de 45%, em 1974, para 71%, em 1992; as importações da CE tiveram uma expansão semelhante, de 35%, em 1975, para 60%, em 1992. Entretanto, a parte da América Latina nas exportações espanholas caiu de 10 para 4%, e as importações diminuíram de 9 para 5%.

Sob a liderança de González, a Espanha abandonou a sua grandiosa política retórica em relação à América Latina, em benefício de resultados mais eficazes. Antes de se proceder à avaliação da orientação desta política, deve sublinhar-se o papel crucial desempenhado pelo Primeiro-Ministro espanhol na sua reformulação. Um assíduo visitante desta região desde 1970, González tem mantido um genuíno interesse e profundo conhecimento das políticas do continente sul-americano: Com início em meados dos anos 80, González criou os alicerces de uma nova e mais activa política. Nos últimos dez anos, Madrid tornou-se uma paragem obrigatória para os dirigentes da América Latina, e González tem feito inúmeras viagens oficiais e privadas a esta região. Em termos políticos, a política espanhola em relação à América Latina tem girado em redor da ajuda à democratização. O compromisso mais controverso ocorreu na América Central, quando o governo espanhol apoiou inicialmente os Sandinistas. Por fim, González tornou-se um acerbo crítico das suas políticas e, à medida que se foi intensificando o conflito na América Central, a Espanha abandonou o seu envolvimento activo na

região, e dirigiu as suas atenções para o sul do continente. Devido à sua participação nas varias Cimeiras de San José, ou aos seus contactos com o Grupo do Rio, ou ainda aos seus esforços para ajudar os chilenos e os argentinos na transição para a democracia, a Espanha desenvolveu uma larga rede de contactos, e conquistou uma grande boa vontade na região durante os anos 80.

O fim da Guerra Fria deu à Espanha incentivos e oportunidades adicionais para se envolver com a América Latina. A Espanha tem contribuído para a manutenção da paz na região, com o envio de «capacetes azuis» para a América Central e para o Haiti. Como membro do «Grupo de Amigos», desempenhou um papel chave ao ajudar o Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar a negociar o fim da guerra civil em El Salvador. A cimeira anual ibero-americana (a primeira teve lugar em Guadalajara em 1991) foi originalmente uma ideia espanhola. Não se trata de um conjunto de gestos políticos isolados mas de acções que correspondem a uma estratégia mais ampla latino-americana, cujos componentes têm implicado reformas administrativas em Espanha, o apoio ao comércio e ao investimento na região, e o desenvolvimento de uma maior presença institucional na Comunidade Europeia<sup>8</sup>.

Nos últimos cinco anos, tem-se assistido a uma importante renovação administrativa das agências envolvidas na ajuda ao desenvolvimento, e na criação de um gabinete interministerial (cujo director tem o estatuto de Secretário de Estado) para a Cooperação Internacional e para a América Latina. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) foi colocada sob a sua jurisdição. Tem havido também um esforço paralelo para coordenar a política de ajuda com os seus parceiros da CE e com outros importantes doadores. Assim, a Espanha aderiu ao Fundo de Desenvolvimento Europeu (1989) e ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (1991). A qualidade de membro nestas organizações deu à Espanha uma participação activa em matéria de decisões mais amplas sobre a ajuda ao desenvolvimento. A sua qualidade de membro colocou igualmente a sua contribuição em perspectiva: a Espanha está classificada entre os primeiros países europeus, em termos de ajuda à América Latina, mas figura em quinta posição em termos de volume.

O governo espanhol tem, contudo, incentivado o comércio e o investimento na América Latina, apesar de estar ciente dos constrangimentos impeditivos de uma expansão dramática na sua presença económica. Desde 1988, a Espanha assinou convenções-quadro com a Argentina, o México, o Chile, a Venezuela, o Brasil e o Uruguai, com linhas de crédito para a compra de produtos espanhóis. O modo como se pode avaliar o êxito destas iniciativas depende do ponto de vista de cada um. A parte espanhola do comércio global da América Latina era, na realidade, apenas 2,1%, em 1991 – em relação aos 2,8% de 1980. Porém, no âmbito da Comunidade Europeia, a Espanha vem a

seguir à Alemanha como principal parceiro comercial para a América Latina, e o seu volume comercial com a região cresceu de 5,9 mil milhões de dólares (1991) para mais de sete mil milhões de dólares (1992). Embora se justifique uma atitude pessimista quanto à possibilidade de uma expansão comercial, os padrões de investimento são francamente robustos. Os fluxos de capital espanhol para a América Latina chegaram aos oitocentos milhões de dólares, em 1991, com os investimentos mais marcantes na área das linhas aéreas e telecomunicações, assim como na indústria hoteleira. Os bancos espanhóis também ganharam uma importante posição firme na região, mais de 40% do activo do maior banco espanhol, o Banco Central Hispano, está localizado na América Latina<sup>9</sup>. O desenvolvimento de uma presença institucional no seio da Comunidade Europeia tem constituído a terceira componente da estratégia espanhola para expandir as suas relações na América do Sul. Madrid está ciente de que a região não conta com uma elevada classificação na hierarquia comunitária em termos de preferências comerciais. Tem-se concedido às antigas colónias britânicas, francesas, belgas e holandesas um acesso privilegiado para os seus produtos, através das várias convenções de Lomé. Mais recentemente, vários países da Europa do leste assinaram acordos de comércio preferenciais com a Comunidade, e a sua integração na Comunidade é apenas uma questão de tempo.

Dentro deste quadro de condicionamento, o governo espanhol tem feito avanços nos seus esforços para alargar as relações da CE com a América Latina. Dois comissários espanhóis da CE, Manuel Marín e Abel Matutes (o primeiro socialista, o segundo conservador) desempenharam importantes papéis neste processo. Sob a sua orientação, a Comunidade Europeia ampliou as suas relações diplomáticas com a América Latina, com uma série de espanhóis a assumirem postos de embaixadores da CE na região. Com efeito, dos principais cargos institucionais dentro da CE que lidam com a América Latina, apenas um — o Instituto para as Relações Latino-Europeias e Americanas (IRELA) com sede em Madrid — não é ocupado por um espanhol. Seria estranho se um tal activismo não provocasse oposição: a concorrência mais intensa tem sido com a Itália e a França. A primeira tem ligações financeiras e comerciais com os países setentrionais da América do Sul, especialmente com a Argentina. A segunda foi descrita num memorando interno espanhol como «o maior obstáculo na CE para o desenvolvimento das relações com a América Latina».

Uma avaliação definitiva sobre os esforços da Espanha para aumentar o envolvimento da Comunidade Europeia com a América Latina (e a sua influência neste processo) é difícil de determinar nesta altura. Madrid tem definitivamente catalisado a Comunidade para as questões da América Latina. Foi o impulso espanhol, em 1987, que levou a Comissão da CE a incluir pela primeira vez a América Latina no seu plano estratégico. Embora Madrid não tenha conseguido obter um tratamento geral de concessões aduaneiras para os países da América Latina, tem prevalecido



numa série de casos específicos. A República Dominicana, por exemplo, foi incluída na lista de Lomé. A Espanha foi também útil para que a Comunidade baixasse as suas barreiras aduaneiras para os países dos Andes, num esforço para incentivar exportações legítimas em vez de droga. E, em Dezembro de 1991, fez com que a CE alargasse esse tratamento aduaneiro a determinados produtos da América Central (excluindo as bananas) por um período de três anos. A Espanha tem igualmente obtido êxito no sentido de modificar as linhas de orientação da Comunidade para ajuda ao desenvolvimento: a nova ênfase dada ao desenvolvimento técnico e de planeamento urbano deverá beneficiar especialmente os países da América Latina. Resumindo, enquanto o balanço geral é positivo, Madrid está, no entanto, profundamente ciente de que a América Latina não está actualmente, nem possivelmente alguma vez virá a estar, classificada entre as áreas prioritárias para a Comunidade Europeia.

### **A ligação com Cuba**

A nossa avaliação da política espanhola em relação à América Latina não ficaria completa sem uma análise das relações com Cuba. Em primeiro lugar, uma palavra sobre a especial importância de Cuba para a Espanha. Cuba é muito mais do que apenas uma outra antiga colónia. A sua história está interligada com o declínio final da Espanha, e o seu nacionalismo e procura de identidade encontram fortes paralelismos e evocam a simpatia dos espanhóis. Ondas tardias de emigração no século XIX (muitas da Galiza) e uma considerável colónia espanhola sustentada por exilados da Guerra Civil mantiveram o vigor dos laços. Nada menos do que Francisco Franco sentiu o chamamento desta relação «especial» no início dos anos 60, quando se recusou a endossar o embargo dos Estados Unidos ao comércio com Cuba. Um pouco mais previsível foi a posição da esquerda espanhola, que manifestou um forte apoio à Revolução Cubana, opondo-se à política dos Estados Unidos. Embora o PSOE e a sua direcção partilhassem estes pontos de vista nos anos 70, pode dizer-se que o fizeram muito menos por uma questão de simpatia para com a política do regime de Castro, do que por uma manifestação de solidariedade nacionalista. Através do espectro ideológico, portanto, os espanhóis têm procurado manter um relacionamento privilegiado com Cuba. Neste processo, desenvolveram-se laços económicos, e a Espanha tornou-se o quinto maior parceiro comercial de Cuba. Os bancos espanhóis concederam mais de oitocentos milhões de dólares em empréstimos a Cuba, e os espanhóis são os principais investidores na indústria do turismo.

Porém, em meados dos anos 80, as relações entre González e Castro começaram a azedar, assim como as relações entre ambos os países. Os incidentes diplomáticos multiplicaram-se. Mais significativo ainda, o

governo de Filipe González começava a ver Castro como um dinossauro, um anacronismo e uma relíquia da Guerra Fria. O nadir das relações hispano-cubanas chegou provavelmente em 1991, na Cimeira de Guadalajara, quando González disse frontalmente a Castro que se ele recusasse empreender importantes reformas, acabaria por ser «un líder odiado por su pueblo».

O principal objectivo da política espanhola em relação a Cuba tem sido incentivar uma transição pacífica para a democracia. O governo espanhol defende (e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Javier Solana já o disse publicamente)<sup>11</sup> que Castro não tem nenhuma alternativa senão a de acabar por aceitar reformas políticas e económicas «profundas e irreversíveis». Madrid, contudo, não subscreve o ponto de vista de que o regime está à beira do colapso ou, mais importante ainda, de que esse colapso abriria facilmente o caminho para a instauração de um governo democrático. A perspectiva de uma mudança violenta, na sua opinião, reforça a posição dos duros dentro do regime, e impede o crescimento da oposição popular. Madrid receia uma devastadora guerra civil que faria a Somália ou o Haiti parecer uma brincadeira de crianças. Os decisores políticos espanhóis consideram que as reformas económicas que o regime de Castro se viu forçado a realizar, não podem deixar de ter profundos efeitos políticos. Os recentes esforços cubanos para extrair lições de regimes tão diversos como os da China ou do Chile, provocam sorrisos irónicos em Madrid entre aqueles que se lembram do misto de liberalização económica e autoritarismo político defendido pelos desenvolvimentistas da *Opus Dei*. Como os tempos mudaram!

A política espanhola em relação a Cuba procura desactivar uma área de tensão relevante, e apoiar a transição para a democracia. Com este objectivo, o governo de González reiterou a sua oposição ao embargo e a outras formas de pressão directa sobre Cuba, argumentando que o embargo prejudica muito mais a população do que o governo. Madrid também não fez fé na Lei da Democracia Cubana (CDA), especialmente quanto à sua reivindicação de jurisdição extraterritorial. Nas Nações Unidas, o representante espanhol votou a favor da resolução cubana criticando a medida.

Um aspecto chave da política espanhola em relação a Cuba tem sido o de desenvolver contactos com elementos «reformistas», como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Roberto Robaina, e o czar económico, Carlos Lage<sup>12</sup>. Funcionários do governo de Madrid têm uma especial consideração por Lage, que foi o principal interlocutor durante a recente visita que Carlos Solchaga fez a Havana (Julho de 1993). A visita de Solchaga representou uma viragem no sentido de uma política espanhola mais activa em relação a Cuba. Como já se referiu, as relações entre os dois governos tinham-se tornado particularmente tensas durante o final dos anos 80 e princípio dos anos 90. Durante o último ano, contudo, o governo espanhol fez várias aberturas ao regime de Castro. Em meados de 1993, por exemplo, concedeu ajuda médica de emergência e

fornecimento de alimentos. Possivelmente como resposta, o governo cubano libertou da cadeia uma série de políticos dissidentes e de activistas dos direitos humanos, deixando-os emigrar para Espanha. A visita de Solchaga seguiu-se a uma conversa de duas horas que González teve com Castro, na Cimeira ibero-americana no Brasil, e precedeu outras reuniões públicas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros Solana e Castro na Bolívia e na Colômbia, assim como outras conversações mais discretas com o governo mexicano. Solchaga evitou tópicos políticos durante a sua viagem. Com a sua equipa de quatro técnicos, aconselhou o governo cubano a empreender medidas económicas radicais. O Programa da Estabilização que propuseram implicaria o encerramento de numerosas empresas estatais e a privatização de muitas outras. Também recomendaram ao governo cubano que legalizasse os «mercados dos camponeses» (um assunto em relação ao qual Castro sente uma antipatia visceral), e que autorizasse o auto-emprego nos sectores comerciais e de serviços. Este último tema é tabu, mas é o único recurso viável para servir de paliativo à crescente crise do desemprego em Cuba. Se Castro aceita ou não as recomendações de Solchaga (apoiadas pelos reformadores dentro do regime) não é claro. Nos próximos meses, o regime tentará realizar políticas contraditórias, para procurar conter a crise, sem alienar os seus partidários. Os decisores políticos espanhóis são extremamente realistas sobre a situação cubana. Como Javier Solana observou, «Castro sabe ouvir e ele ouviu o que lhe dissemos. Uma outra questão é se ele está preparado para levar a cabo as profundas reformas que a situação exige e sem as quais não existe solução para Cuba».

Cuba foi um dos temas discutidos no encontro de González com o Presidente Clinton, em Dezembro de 1993. Embora ambas as partes concordem em que a transição pacífica é um objectivo comum, continuam a discordar sobre a melhor estratégia para o alcançar. González insistiu na flexibilização do embargo norte-americano – não só como um gesto humanitário, mas também para encorajar os reformadores a defender os seus argumentos para uma *apertura*. Pela sua parte, o Presidente Clinton indicou que tal só seria possível se existisse uma abertura política visível e uma melhoria na situação dos direitos humanos. A questão de Cuba, em todo o caso, não é um obstáculo relevante nas relações entre os Estados Unidos e a Espanha. As duas partes consultam-se regularmente sobre a evolução da ilha, e é possível que essas consultas se tornem mais intensas, à medida que piorar a situação cubana.

## **À procura do equilíbrio no Magrebe**

Além da Europa e da América Latina, o terceiro principal ponto de referência para a política externa espanhola é o Magrebe: Profundas raízes culturais e históricas ligam a Península Ibérica à África do Norte: ambas as áreas são encruzilhadas de continentes, e as suas histórias têm-se cruzado desde a invasão árabe há mais de mil anos. A Espanha moderna nasceu na difícil prova da Reconquista, ganhando a sua primeira posição segura na África do Norte quando assumiu o controlo de Ceuta e de Melilla nos séculos XV e XVI. A Espanha ocupou partes do actual Marrocos e da Mauritânia no início do século XX. Depois da independência, Marrocos recuperou Tarfaya, em 1958, e a Espanha deixou o então Saara ocidental, em Novembro de 1975. Porém, a retirada precipitada na altura da Mancha Verde não encerrou o capítulo do envolvimento espanhol com Marrocos, nem deixou tão-pouco que a Espanha escapasse ao vórtice das políticas da África do Norte. Com efeito, Marrocos nunca abdicou da sua reivindicação de Ceuta e Melilla. O Saara ocidental continua a ser um pomo de discórdia. Em especial, esta última questão arrastou a Espanha para a luta entre a Argélia e Marrocos pela hegemonia regional.

Ainda no século XX, os decisores políticos espanhóis identificaram a África do Norte como a região a partir da qual seria mais provável que partisse uma ameaça militar para o seu país. Mesmo no auge da Guerra Fria, quando se pedia aos espanhóis que definissem o seu inimigo, ou que elaborassem cenários de futuros conflitos, o seu reflexo imediato era apontarem para o sul, e não para leste. Na última década assistiu-se a uma importante mudança neste aspecto. Madrid já não encara o seu relacionamento com o Magrebe reduzido à segurança. Os decisores políticos espanhóis insistem que o seu país tem de fazer muito mais do que apenas gerir uma coexistência difícil com os seus vizinhos do sul. Tem de incentivar activamente a sua modernização e desenvolvimento económico. Como notou Carlos Alonso Zaldívar, chefe do grupo de planeamento político da Moncloa, «o nosso interesse reside precisamente em ajudar a criar uma zona de prosperidade no Magrebe». Este reajustamento conceptual afectou a política espanhola na Comunidade Europeia, assim como as suas relações com os países do Magrebe. Tanto em, discussões sobre a emigração, como sobre o controlo das fronteiras, Madrid não tem poupado esforços para procurar sensibilizar os seus parceiros da CE no que diz respeito às pressões sociais e económicas que a Espanha sente como ponte entre a Europa e a África do Norte. Madrid continua empenhada na ideia de um acordo de segurança mediterrânico, apesar da visível falta de entusiasmo recentemente manifestada pelo governo italiano. O principal parceiro da Espanha nestes assuntos tem sido a França. Apesar do relacionamento por vezes competitivo entre ambas, a Espanha encontrou no seu vizinho europeu um conjunto de preocupações e de interesses semelhantes no Magrebe.

Madrid e Paris têm também desempenhado grande actividade nos conselhos da CE, ao pressionarem os seus colegas para aprovarem novos acordos de associação para os Estados do Magrebe.

Porém, o ponto mais importante de inflexão na política espanhola tem sido em relação aos próprios Estados do Magrebe. Nos princípios dos anos 80, o governo socialista anunciou a sua intenção de desenvolver relações cordiais com todos os países da região, e de alargar as ligações comerciais e outras de carácter económico. Dez anos depois, a Espanha tem feito um progresso extraordinário nesta agenda. As relações com Marrocos, por exemplo, melhoraram substancialmente<sup>13</sup>.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Morán, pôs o processo em movimento no princípio dos anos 80. O Tratado de Amizade e Cooperação, assinado em Julho de 1991, e a troca mais recente de visitas de alto nível, levaram as relações bilaterais para uma nova fase. Apesar de incidentes ocasionais, tem havido uma larga cooperação entre os dois governos sobre a emigração e o controlo de narcóticos. Ambos os lados têm concordado em discordar sobre o Saara ocidental, e a Espanha não fez o menor esforço para levantar a questão da autodeterminação do Saara enquanto presidiu ao Conselho de Segurança da ONU. Na frente económica tem havido uma expansão significativa no comércio e investimento espanhóis, em simultâneo com um esforço para encorajar a transferência de tecnologia.

A política espanhola em relação à Argélia tem também sofrido uma transformação. Na última década assistiu-se a um afastamento de uma forte identificação com a FLN (esta política não trouxe quaisquer resultados positivos visíveis nos anos 80). O governo espanhol tem encarado a recente deterioração da situação na Argélia com grande preocupação. A perseguição dos fundamentalistas, segundo crê, só contribuirá para fortalecer os extremistas. Publicamente, é claro, o governo espanhol não tomou partido nesta contenda. A sua política tem sido movida por interesses comerciais: o comércio espanhol com a Argélia é equivalente a quase 80% do seu comércio total com a América Latina. O gás natural é uma parte especialmente importante do relacionamento hispano-argelino. Calculando que qualquer governo na Argélia (mesmo fundamentalista) quererá vender o seu gás natural, Madrid insiste na conclusão do oleoduto para Sevilha até 1995. Uma vez em operação, este irá triplicar as suas importações de gás argelino e, mais importante ainda, reduzir significativamente a dependência espanhola dos fornecimentos da Líbia.

As relações com a Líbia formam o último lado deste triângulo do Magrebe. Tal como no caso da Argélia, durante os anos 70 e no princípio dos anos 80, existiu uma certa simpatia entre os socialistas espanhóis pelas posições nacionalistas adoptadas por Muammar Kaddafi. Porém, uma vez no poder, os socialistas rapidamente mudaram estes sentimentos. Círculos de espionagem, apoio a grupos terroristas em

Espanha, descrições públicas de Ceuta e de Melilla como colónias – tudo isto azedou o clima das relações.

Apesar destes incidentes, o governo espanhol não se mostrou disposto a apoiar a campanha dos Estados Unidos para isolar e enfraquecer o regime de Kaddafi. A Espanha não permitiu que os aviões dos Estados Unidos sobrevoassem o seu território para bombardear a Líbia, em 1986. Em conjunto com a França, Itália e Portugal, a Espanha opõe-se a qualquer alargamento de sanções impostas pelos Estados Unidos em resposta ao envolvimento da Líbia na tragédia Lockerbie. Embora os decisores políticos em Madrid insistam que continuarão a pressionar a Líbia para cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, eles também não hesitam em referir que, comparada com a França, a Itália e o Reino Unido, a Espanha tem de facto diminuído as importações da Líbia.

A posição espanhola sobre as sanções em relação à Líbia contém diversas linhas de desenvolvimento. Estas merecem consideração, uma vez que a questão líbia ameaça de vez em quando complicar as relações da Espanha com os Estados Unidos. Deve-se notar que a Espanha já teve a sua própria fase de isolamento, e quer se trate de Trípoli, ou de Havana, a Espanha opõe-se instintivamente a uma política de confrontação, é muito sensível à ameaça ou ao uso da força. Tal como muitos outros países do sul da Europa, a Espanha tem um apurado sentido de vulnerabilidade física com respeito aos desenvolvimentos da África do Norte. Contrariamente ao Reino Unido ou à França, falta-lhe uma tradição de envolvimento em situações de conflito. A isto dever-se-á acrescentar um conjunto de preocupações de carácter económico. A Espanha é um país pobre em recursos energéticos, e continua a depender pesadamente das exportações de gás natural da Líbia. A Espanha recebe quase um quarto do seu gás da Líbia e Barcelona está quase totalmente dependente destes fornecimentos. A Espanha está também ansiosa por expandir as suas ligações comerciais no âmbito dos transportes e da irrigação. A normalização das relações iria melhorar estas perspectivas e permitir também a Madrid que recuperasse o pagamento de 158 milhões de dólares de dívida por parte da Líbia. Em suma, esta combinação de factores políticos e económicos faz com que o governo espanhol trate da questão Líbia com cautelas.

### **As relações com os Estados Unidos**

As relações da Espanha com os Estados Unidos têm evidenciado um notável progresso nos últimos dez anos. Os acontecimentos chave neste processo foram o referendo da NATO, em Março de 1986, e o novo Acordo sobre as bases, concluído no final de 1988. Estes acontecimentos incentivaram a transformação de um relacionamento

primordialmente bilateral e militar (em que a Espanha claramente se sentiu como o parceiro mais fraco), num relacionamento multilateral e muito mais diversificado com uma forte componente europeia. Esta mudança foi tão notável, e a comunicação é agora tão aberta e fluida, que nos esquecemos por vezes de como o clima de *desconfianza*, que permeou o relacionamento no final dos anos 70 e princípios dos anos 80, se transformou e como se tornaram muito mais fortes e cooperantes as relações espanholas com os Estados Unidos. A participação espanhola na «Tempestade do Deserto/Escudo do Deserto» é um exemplo relevante. Quem poderia ter imaginado há quinze anos que a Espanha poderia ter aderido a uma coligação militar chefiada pelos Estados Unidos? Que a Espanha teria enviado fragatas para o Golfo Pérsico? Ou que mais de 50% das surtidas dos B-52 contra o Iraque teriam partido de solo espanhol?

Actualmente há poucas questões pendentes na agenda bilateral. Os Estados Unidos têm um amplo e favorável balanço comercial com a Espanha (para cima de 4,3 mil milhões de dólares). As disputas ocasionais sobre o aço, o Airbus, ou embargo secundário dos Estados Unidos sobre o atum de barbatana amarela têm uma importância reduzida; perdem em importância em comparação com as disputas com outros países, como, por exemplo, a França. Apesar da Espanha não querer manifestar publicamente o seu desentendimento com a França, o facto é que partilha a perspectiva dos Estados Unidos sobre o comércio internacional, e considera a ratificação do GATT como um passo importante para a recuperação da economia europeia.

Não existem desacordos de vulto sobre política externa entre a Espanha e os Estados Unidos. Madrid tem sido um parceiro activo no processo de paz do Médio Oriente. As suas iniciativas em relação à América Latina têm girado em torno de fortes apoios à democratização num quadro de cooperação com os Estados Unidos. A Espanha tem sido activa na ajuda das reformas policiais e judiciais em El Salvador e na Nicarágua, tem também apoiado os esforços dos Estados Unidos na Guatemala e no Haiti. Embora os dois governos tenham tido determinadas divergências de opinião com respeito a Cuba, partilham objectivos muito semelhantes.

Prevalece também uma ampla coincidência de pontos de vista sobre as questões europeias. A Espanha tem-se esforçado por acentuar o pilar europeu, mas Madrid apoia firmemente a NATO e uma forte presença americana na Europa. O governo espanhol não evidencia um grande entusiasmo com respeito à expansão para leste da NATO. A sua posição aproxima-se muito mais da norte-americana do que da alemã. A Espanha defende o ponto de vista de que o pedido dos países da Europa de leste de participação na NATO é mais determinado por uma vontade de agitar a bandeira do nacionalismo do que por qualquer outro motivo. A Espanha evidencia uma certa preocupação de que uma tal acção possa acender as brasas do nacionalismo russo, e tornar mais difícil a

consolidação da democracia. Estas preocupações não divergem muito das manifestadas por diferentes grupos ou protagonistas *institucionais nos Estados Unidos*.

Mesmo no que se refere à questão jugoslava, em que existem conversações continuadas entre os Estados Unidos e a Espanha, a discussão não revela quaisquer sinais de profundo desentendimento. Embora sem entusiasmo, os espanhóis abandonaram a sua oposição original à acção militar contra a Sérvia. De acordo com os responsáveis em Madrid, o melhor cenário que o Ocidente pode esperar é «una situación contenida». Apesar de sondagens de opinião revelarem um forte apoio da participação espanhola numa intervenção militar da ONU<sup>14</sup>, o governo de González lidará prudentemente com este assunto. A conclusão óbvia deste breve sumário só pode ser a de que as relações entre os Estados Unidos e a Espanha são excelentes, e de que há poucas questões no horizonte com capacidade para as perturbar. Mas também há um perigo real de estagnação das relações com a Espanha, tal como com outros países europeus. Há uma certa inércia que força esse movimento. Por razões compreensíveis para a Europa ocidental, não são uma prioridade. A viragem para uma diplomacia multilateral nas relações entre os Estados Unidos e a Europa; e a importância crescente das questões económicas, em vez das questões estratégicas, também diminuiu a importância dos contactos bilaterais com a Espanha. Por outro lado, a crise política espanhola também afastou a política externa para um lugar secundário.

Há uma série de iniciativas que poderiam conduzir a uma cooperação mais estreita entre os dois países. A primeira iniciativa seria institucionalizar contactos periódicos de alto nível entre o Departamento de Estado e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. A América Latina seria uma boa escolha em torno da qual se poderiam organizar consultas regulares. A probabilidade de ocorrerem importantes mudanças em Cuba nos anos que se seguem dá um peso adicional a esta ideia. Também há uma oportunidade continuada de colaboração, tanto na Nicarágua, como em El Salvador. Os responsáveis em Madrid gostariam também de alargar e tornar mais regular o intercâmbio de informação com a África do Norte. Existem importantes possibilidades de cooperação no Mediterrâneo. A Espanha está profundamente interessada nas questões «fora-da-área», e os seus responsáveis gostariam de analisar várias formas possíveis para um acordo de segurança mediterrânica com os Estados Unidos. Uma outra ideia útil seria a de criar um programa para o intercâmbio de funcionários civis a alto e médio nível que passariam seis meses ou um ano a trabalhar na administração do outro país, como acontece entre outros grandes países europeus.



### **III**

#### **A política interna e o futuro da política externa espanhola**

No decurso dos últimos vinte anos, a Espanha emergiu de um prolongado isolamento e começou a consolidar a sua influência e o seu papel dentro e para além da Europa. Neste processo, a Espanha conseguiu superar um dos seus mais pesados legados da era franquista, nomeadamente a ausência de um consenso de política externa. Com a adesão à Comunidade Europeia, e resolvida a questão do seu relacionamento com a NATO, a Espanha concluiu o seu ajustamento e consagrou a sua integração na ordem política e económica do mundo do pós-guerra.

Contudo, logo que a Espanha entrou no comboio europeu, poderosos acontecimentos eliminaram qualquer possibilidade de uma atitude complacente. Estes acontecimentos colocaram um novo conjunto de desafios na agenda da política externa espanhola. O fim da Guerra Fria e as Revoluções de 1989 desencadearam um terramoto político de dimensões históricas. Para a Europa, uma nova era de democracia a nível do continente e de revitalização económica parecia delinear-se no horizonte. Contudo, dentro de pouco tempo, as promessas anunciadas de um pós-guerra fria tinham começado a azedar. A ameaça do caos surgiu na ex-União Soviética. As transições simultâneas para a democracia e para o capitalismo na Europa de leste deixaram de parecer fáceis, assim como as suas perspectivas deixaram de parecer douradas. As forças obscuras do nacionalismo levantaram a cabeça na Europa do leste, e em vários países os ex-comunistas e nacionalistas fizeram causa comum com êxito. O ocidente também provou não estar imune à turbulência nacionalista. Na origem deste fenómeno está uma crise sobre a definição de identidade e comunidade nacionais. Apesar de poderem existir réplicas nacionais deste fenómeno (as raízes do problema na Alemanha são bem diferentes daquelas que se manifestam em França, Itália ou Espanha), nenhum país europeu escapou a esta difícil situação. O impulso para uma unidade europeia mais profunda agravou e, ao mesmo tempo, afectou a situação. A recessão económica complicou ainda mais as coisas. Talvez, como diz o adágio popular, seja sempre escuro antes do amanhecer. Porém, restam poucas dúvidas de que nem a Espanha, nem os seus parceiros europeus estavam preparados para o que lhes aconteceu no despertar da mudança de 1989.

Porém, houve ainda mais transformações, para além das que ocorreram fora do território espanhol no fim dos anos 80 e início dos anos 90.

Dentro do país também se deram importantes mudanças, cujo efeito na política externa espanhola também será significativo. O que resultou das eleições de Junho de 1993 foi o início de uma nova era, na qual as velhas realidades associadas com a luta contra o Franquismo e pela

democracia (para formular isto em forma de equação: Felipe = PSOE Modernização = Europa) deram origem a uma nova dinâmica. Quais são os principais elementos desta nova dinâmica das políticas internas, e como pode influenciar a orientação da política externa espanhola nos próximos *cinco anos*? O primeiro elemento neste processo diz respeito à transformação da relação PSOE-governo. As tensões *entre duas* facções socialistas (e por mais imprecisos que sejam os termos, entre felipistas e guerristas) têm proliferado nestes *últimos anos*. Estas tensões atingiram o seu ponto mais alto na reunião de Abril de 1993 do Comité Federal do PSOE, cujo resultado foi uma afronta directa a González, o que o levou a convocar eleições antecipadas. Ao obter de novo a maioria, em Junho de 1993, González confirmou a sua preeminência continuada na vida política espanhola. O significado deste resultado foi considerável, não apenas quando se tem em conta o estado da economia espanhola, ou a tendência que os eleitores têm evidenciado por toda a Europa e nos Estados Unidos para criticar severamente quem está no poder, mas, se González saiu vitorioso, o mesmo não se pode dizer do seu partido. As cisões internas são muito profundas, é pouco natural que venham a ser superadas. Opondo-se aos *guerristas* do aparelho do partido, González obteve o apoio dos líderes regionais e de figuras influentes. Isto fortaleceu a tendência para a «feudalização» do PSOE. Um partido socialista cada vez mais dividido e as tensões entre o governo e o PSOE, só podem significar problemas para González à medida que procurar fazer passar a agenda da sua política externa no Parlamento.

O segundo elemento desta equação diz respeito ao fenómeno novo (para a Espanha) das políticas de coligação. A era da hegemonia socialista já acabou. Como disse o dirigente nacionalista catalão Miguel Roca durante a campanha eleitoral de 1993, «a partir de agora, nada se poderá fazer sem contar connosco». A Espanha é hoje governada por uma coligação governamental *de facto*, que inclui os nacionalistas bascos e catalães. O seu papel nas tomadas de decisão aumentará nos próximos anos e, à medida que isto acontecer, procurarem (e vão estar em posição para o fazer) influenciar as opções de política externa. É óbvio que o debate orçamental não é apenas sobre questões de política interna ou a redistribuição dos dinheiros dos impostos por cada região; diz respeito directamente à questão do cumprimento pela Espanha dos critérios de convergência da CE. Os partidos regionais também têm um claro interesse no volume a distribuição dos fundos de coesão e estruturais da Comunidade. Nos anos que se seguem, o aspecto mais controverso do seu envolvimento em questões de política externa jogar-se-á, provavelmente, no palco institucional, onde os governos regionais bascos e catalães, embora sem desafiarem directamente a soberania nacional, criaram «ministérios dos negócios estrangeiros», e se empenham num extensivo lobbying externo.

O terceiro elemento de mudança política espanhola que irá influenciar a política externa é uma nova atitude em relação à Europa. As eleições de Junho de 1993 foram as últimas em que as circunstâncias geminadas permitiram que o fantasma de Franco ainda fosse um adversário verosímil e o sonho da Europa um genuíno ponto de referência. A próxima década *irá ver* uma nova fase de «domesticação» em matéria de política externa. A Europa deixará de estar acima dos conflitos partidários. A classe *política* deixará de se reunir para reflectir e, na maioria dos casos, de se unir um modo não-critico em redor da ideia de integração na Comunidade, como um *deus ex machina* para a modernização da Espanha. As discussões sobre os critérios de convergência e a partilha dos fundos estruturais e de coesão apenas afloraram a superfície e vão aumentar de intensidade nos próximos dez anos. O último elemento de transformação diz respeito ao papel de González na formulação e realização da política externa. Em 1994, doze anos depois de ter assumido, pela primeira vez, o cargo de Primeiro-Ministro, Filipe González está cercado. O efeito final dos escândalos da corrupção (que envolvem o antigo chefe da Guarda Civil e o antigo presidente do banco central, bem como o caso LESA) é imprevisível, mas a transição para a era pós-González já começou. Os condicionamentos impostos à sua acção pela fragmentação socialista, e pela coligação informal com os nacionalistas catalães têm sido sobretudo visíveis na política interna, mas vão alastrar à política externa. Mais ainda do que na política interna, González tem tido carta branca para moldar e dirigir a política externa. Os seus contactos pessoais, o conhecimento das questões, e a duração da sua administração fizeram dele um trunfo indispensável para a política externa da Espanha.

Porém, a própria centralidade do seu papel na política externa levanta questões sobre a sua institucionalização. A opinião pública tem ainda pouca informação sobre uma série de questões sobre política externa, incluindo as questões relacionadas com a Comunidade Europeia, que mais directamente afectam as suas vidas. Existe também um desfazamento institucional muito definido. A Espanha aderiu à Comunidade, e González é, em conjunto com Helmut Kohl, o decano dos chefes do governo. Porém, na administração espanhola, existe pouca coordenação interministerial eficaz em assuntos importantes da política externa. A excepção que confirma a regra é o secretariado da CE, chefiado por Carlos Westendorp. Poucos apostariam que a balcanização da burocracia espanhola virá a ser superada na próxima década. As hipóteses são ainda mais reduzidas se a política de coligação se tornar a ordem natural das coisas. Conscientes destas possibilidades, alguns conselheiros presidenciais propuseram um tipo de organização do tipo do Conselho de Segurança Nacional, mas não é claro se este género de iniciativas poderá conduzir a uma coordenação de política externa mais eficaz.

Não são previsíveis grandes mudanças na orientação da política externa espanhola na próxima década. O factor González continuará a pesar favoravelmente para a Espanha dentro da Comunidade Europeia (e

noutros lados). Mas as transformações internas irão limitar cada vez mais a sua capacidade pessoal de autonomia e iniciativa em política externa. Esses condicionamentos tornar-se-ão mais evidentes, à medida que a política espanhola evolui para a era pós-González. Estas mudanças irão desencadear debates mais intensos sobre questões específicas da política externa, e vão também por outro lado dar importantes garantias de estabilidade e continuidade. Passadas a euforia da transição e da adesão à Comunidade, a capacidade externa de Espanha dependerá sobretudo da resolução positiva dos problemas económicos internos e da competência dos seus burocratas para travarem as incessantes disputas «táticas» dentro da administração europeia.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Estes *fundos* destinam-se a compensar os cortes antecipados no orçamento governamental para esta área. Estes não são concedidos sob a forma de um cheque em branco. Os países beneficiários têm de «ter um programa que conduza ao cumprimento das condições de convergência económica».

<sup>2</sup> Veja-se o discurso proferido pelo Secretário de Estado para as Comunidades Europeias, Carlos Westendorp, no final de Maio de 1993, referido na publicação *La Vanguardia* (Barcelona), Junho 1, 1993.

<sup>3</sup> A CE forneceu e prestou assistência financeira em subsídios na ordem dos 2,9 mil milhões de dólares e os Estados-membros concederam um adicional de 5,1 mil milhões de dólares. Os países da EFTA fizeram uma concessão adicional de 1,8 mil milhões de dólares. Os créditos concedidos à Europa do leste totalizaram 7,2 mil milhões de dólares (CE), 11,3 mil milhões de dólares (dos Estados-membros da CE) e 2,8 mil milhões de dólares (da EFTA).

<sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, a sondagem levada a cabo pela ICP em Madrid no final do ano 92. A percentagem de pessoas que não expressaram a opinião (43%) era superior à das que apoiavam o Tratado (39%).

<sup>5</sup> Em Fevereiro de 1993, quando se tornou pública uma disputa com Jacques Delors sobre a União Monetária, Pedro Solbes insistiu para que a Espanha prosseguisse com os seus esforços para cumprir os critérios de convergência, mesmo que não aderisse à União Monetária Europeia em 1997.

<sup>6</sup> *ABC* (Madrid), Maio, 1993.

<sup>7</sup> Felipe González, é importante notar, sente uma especial ligação com o socialista francês Michel Rocard.

<sup>8</sup> Veja-se o livro de Angel Virias, *La Política Exterior Española frente a Iberoamérica: Pasado y Futuro*, Abril, 1992, para uma excelente perspectiva global.

<sup>9</sup> Edwar Schumacher, «A Espanha e a América Latina» na publicação de Susan K. Purcell e Françoise Simon (eds.), *A Europa e a América Latina na Economia Mundial* (Boulder, Colorado, Lynne Rienner & Co., 1994).

<sup>10</sup> Esta observação teve lugar num jantar em que o anfitrião era o presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari. Carlos Andrés Perez também estava presente.

<sup>11</sup> *La Vanguardia* (Barcelona), Agosto 14, 1993.

---

<sup>12</sup> Madrid tem procurado encorajar conversações entre o governo cubano e os membros da comunidade de exilados; no ano passado, representantes do governo tentaram arranjar um encontro entre o então Primeiro-Ministro, Ricardo Alarcón, e Carlos Alberto Montaner em Madrid. O governo espanhol mantém também contactos regulares com Eloy Gutiérrez Menoyo e Ignacio Rasco.

<sup>13</sup> É evidente que o rei Hassan II tem tido as suas razões particulares para melhorar as relações com Espanha.

<sup>14</sup> Mais de 50% dos inquiridos com idades entre os 18 e 40 anos são a favor de uma tal acção. Vejam-se os resultados desta sondagem publicados no *Cambio 16* (Madrid), Julho 5, 1993.